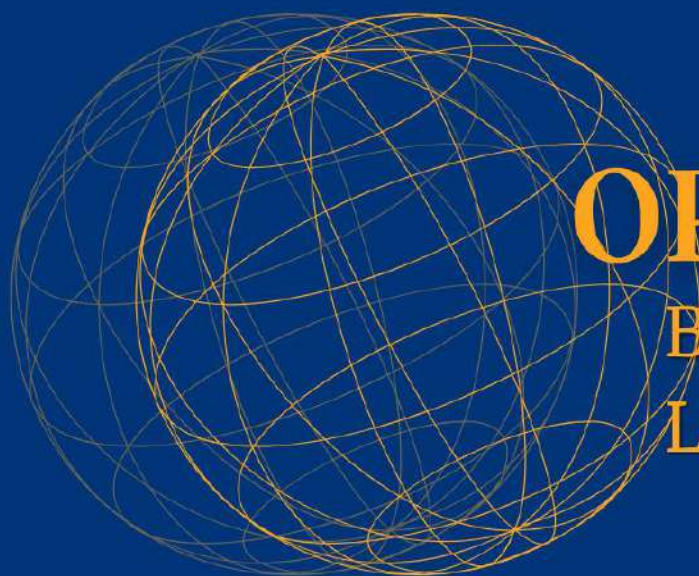




ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 8
JANEIRO-ABRIL/2025
ISSN: 2965-2235

Quando a sociedade brasileira discutia “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”

*Fernando Roberto de Freitas Almeida**

A política externa brasileira voltou a suas tradições de defesa do multilateralismo e de busca de relações equilibradas no sistema internacional, mantendo a soberania do país, após um breve período de ações contrárias à lógica construída ao longo de décadas. Quando começamos a afirmar a necessidade de uma política externa independente?

O ambiente político brasileiro no início dos anos 1960 era de debate acirrado de projetos que, se adotados, levariam o país por rumos bastante diferentes. O Desenvolvimentismo, então uma verdadeira ideologia, passara por mutação importante, a partir do final dos anos 1950, assumindo um caráter social-trabalhista. O governo de um presidente conservador, Jânio Quadros, surpreendia pela política externa, buscando aparar arestas com setores nacionalistas progressistas, para contrabalançar a política econômica de austeridade. Aproximar-se com cautela dos Não-Alinhados, realizando, antes da posse, viagens “exóticas” ao Egito e à Cuba, encaminhar o reconhecimento da URSS, estabelecer diálogo próximo com a Argentina, condecorar Guevara (em agradecimento por ter atendido seu pedido de liberação de religiosos em Cuba) foram ações motivadoras de turbulência em suas bases de apoio. Em razão da força das demandas sociais, Jânio criou as primeiras reservas indígenas, mas não teve aprovados pelo Congresso, por não querer ceder a barganhas políticas, projetos como uma lei antitruste, outra lei para regulamentar remessas de lucros e de *royalties*. Também, diante de forte tensão no campo, apresentou uma proposta de reforma agrária, tema ainda mais problemático, com a experiência cubana em curso, destacado na campanha virulenta que conseguiu derrubar seu sucessor, que as elites de renda do país não toleravam.

O golpe de 1º de abril de 1964 logo começou a destruir essa cultura política, tratando adversários como inimigos a serem isolados e, com o “golpe dentro do golpe”, do AI 5, o extermínio puro e simples, que já havia sido iniciado, aprofundou-se. No campo progressista, a eliminação de instituições já havia começado desde os primeiros momentos da ditadura. Algumas delas nunca mais puderam ser reconstruídas. O título desse artigo remete a um pequeno livro, de uma coleção publicada pela Editora Civilização Brasileira, no bojo da associação com o Instituto

Superior de Estudos Brasileiros, Iseb, e o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes: os *Cadernos do Povo Brasileiro*, distribuídos de 1962 a 1964. Trata-se do volume 21, escrito pelo professor Wamireh Chacon (1934-2023). A coleção apresentou 24 livros regulares e quatro extras, com tiragem média de 20.000 exemplares (calcula-se impressão total de um milhão de exemplares), tendo seu número 4 (“Por que os ricos não fazem greves?”) de Álvaro Vieira Pinto, vendido cerca de cem mil exemplares, num país com cerca de 77 milhões de habitantes. Os *Cadernos* se desenvolveram durante o governo de João Goulart, associaram-se aos movimentos pelas Reformas de Base e foram extintos com o fim daquele governo.

O primeiro número, do advogado e líder camponês Francisco Julião dedicou-se à reforma agrária (“O que são as Ligas Camponesas”) e o segundo, do general e historiador marxista Nélon Werneck Sodré (“Quem é o povo no Brasil”), definia o público-alvo da coleção. A abrangência e relevância da iniciativa são vistas nos títulos: 3) “Quem faz as leis no Brasil?”, de Osny Duarte Pereira; 4) o já citado “Por que os ricos não fazem greve”; 5) “Quem dará o golpe no Brasil”, de Wanderley Guilherme; 6) “Quais são os inimigos do povo”, de Theotônio dos Santos (referenciado como Theotônio Jr.), 7) “Quem pode fazer a revolução no Brasil?”, de Bolívar Costa; 8) “Como seria o Brasil socialista?”, de Nestor de Holanda; 9) “Que é a revolução brasileira”, de Franklin de Oliveira; 10) “O que é reforma agrária?”, de Paulo R. Schilling; 11) “Como nacionalizar a indústria farmacêutica?”, de Maria Augusta Tibiriçá Miranda; 12) “Como atua o imperialismo ianque?”, de Sylvio Monteiro; 13) “Como são feitas as greves no Brasil?”, de Jorge Miglioli; 14) “Como planejar nosso desenvolvimento?”, de Helga Hoffmann; 15) “A Igreja está com o povo?”, de Aloísio Guerra; 16) “De que morre o nosso povo?”, de Aguinaldo Nepomuceno Marques; 17) “Que é o imperialismo?” de Eduard Bailby; 18) “Por que existem analfabetos no Brasil”, de Sérgio Guerra Duarte; 19) “Salário é causa de inflação?”, de João Pinheiro; 20) “Como agem os grupos de pressão?”, de Plínio de Abreu Ramos; 21) “Qual a política externa conveniente ao Brasil?”; 22) “Que foi o tenentismo?”, de Virgínio Santa Rosa; 23) “Que é a Constituição”, de Osny Duarte Pereira; 24) “Desde quando somos nacionalistas?”, de Barbosa Lima Sobrinho.

A primeira das edições extras foi escrita por Franklin Oliveira (“Revolução e contrarrevolução no Brasil”), seguida por três da série “Violão de Rua”, com “poemas para a liberdade”. Todos os temas podem e devem ser discutidos ainda hoje. No que se refere ao número 21, a rapidez com que se desenvolvia a Política Externa Independente foi expressa nessa análise. Chacon inicia discutindo o “sentido

econômico e político da política externa”, passando à verificação dos “requisitos para uma política externa eficiente”, “imperialismo e divisão do mundo” e “vocação internacional do Brasil”. Exemplificando o que se fazia e propondo o quê, precisaríamos fazer, seguem-se “Brasil e África”, “Brasil e Ásia”, “Brasil e Países socialistas”, “Brasil e Europa Ocidental”, “Brasil e Estados Unidos”, “Brasil, Cuba e América Latina”. Necessitaríamos nos aproximar dos semelhantes no sistema internacional, embora o autor não cite este conceito. Aponta a crítica ao “bovarismo”, a insatisfação com que se é, a tentativa de ser o outro:

É, ainda, porém, difícil fixar esta ideia na cabeça de alguns influentes setores da opinião pública brasileira, mais preocupados em solidarizarem-se com os interesses dos Estados Unidos, do Mercado Comum Europeu Ocidental e de Portugal na vã esperança de receberem deles recíproco e compensador apoio. Cresce, contudo, a convicção popular de que o Brasil tem de fazer seu próprio jogo: este país não tem vocação de satélite. Argumentam os tímidos ser mínima a margem de mobilidade internacional do Brasil, por causa do nosso subdesenvolvimento, da nossa dependência das áreas econômica e militarmente mais fortes, da nossa imaturidade, da nossa fraqueza, enfim

Observa que “deve ser impulsionada a presença internacional do Brasil pelo que os alemães chamam de *Realpolitik*, ou ‘política realista’, correspondendo aos interesses econômicos e culturais de sua população” (pág. 15). No espírito da época, propõe que “as soluções têm de ser encontradas pelo povo”, recorrendo a Nélson Werneck Sodré, na mesma coleção e a seu livro “Razões Históricas do Nacionalismo Brasileiro”, observando que “Trata-se de uma luta global, onde a política externa não pode ser desassociada da externa” (pág.16), aproximando-se da Escola Francesa das Relações Internacionais.

A citação à solidariedade a Portugal era relevante, pois os governos brasileiros apoiavam o colonialismo português, criticado, quando analisa as relações Brasil-África. A comunidade portuguesa no Brasil exercia forte pressão para manter uma ideia de “paternidade”, sobre sua ex-colônia sul-americana, com a grande imprensa favorável aos laços sentimentais com a antiga metrópole. Chacon considera o aspecto claramente nocivo do Império lusitano, associando-o a um “portugal”, com

inicial minúscula, “colonialista e fascista” (pág. 40) mas apontando, paralelamente, um Portugal maiúsculo, ligado à cultura e ao idioma: “se tivermos que optar, façamo-lo pelo futuro e não pelo passado, exatamente em nome não só da nossa contribuição a uma nova e justa divisão internacional do trabalho, sem imperialismo...” (pág. 41).

Na análise sobre as relações brasileiras com os países islâmicos, propõe que se atente às comunidades muçulmanas brasileiras para aproximação e apoio ao governo egípcio de Nasser, então forte liderança no movimento dos Não-Alinhados. Em vários pontos, o autor lamenta a perda de oportunidades pela diplomacia brasileira, de atuar como mediador em conflitos na região que hoje denominamos Sul Global. Escrevia em 1962, bem antes do reconhecimento diplomático da República Popular da China, ocorrido no contexto do “pragmatismo ecumênico e responsável” de Geisel, em 1974, uma retomada da Política Externa Independente.

Cabe destacar que a visita de Goulart, ainda vice-presidente, à China, em 1961 (também visitou a URSS), foi um dos motivos para a agitação contra seu governo. De fato, as pautas de Goulart vinham dos anos 1950, com influência de Santiago Dantas e convém destacar que as Reformas de Base não interessavam apenas à esquerda. Seu viés nacionalista, sendo herdeiro de Vargas, como liderança trabalhista, incomodava Washington. As observações sobre as relações Brasil-EUA, na perspectiva nacionalista dos *Cadernos* registram “O máximo que poderíamos obter de Washington nas suas regras de jogo, seria a posição de sócio menor, com uma limitada área de influência outorgada na América Latina” (pág. 87). Pergunta: “Quais são as perspectivas futuras das relações Brasil-Estados Unidos? Dependerão não só dos rumos a serem seguidos pelas respectivas políticas internas, como, sobretudo, pela situação mundial” (pág. 88). Esta era condicionada pela Guerra Fria e a política interna foi, logo a seguir, definida pelo golpe de 1964, que se dedicou imediatamente à destruição daquele ambiente de debates, mas o Desenvolvimentismo autoritário e antissocial instalado aos poucos foi recuperando visões da Política Externa Independente.

No âmbito externo, os militares adotaram alinhamento automático com os EUA, chegando ao ponto de assumir o comando nominal das tropas na intervenção na República Dominicana, com dois generais brasileiros. O volume 21, publicado em 1963, é encerrado com as relações entre o Brasil e a América Latina, com foco em Cuba e como a diplomacia brasileira defendia a não-intervenção e o respeito à soberania daquele país. Registre-se que, nos anos iniciais da década, intelectuais

progressistas começaram a formular a Teoria da Dependência, com várias vertentes, analisando a posição da América Latina no sistema internacional. O colapso cultural iniciado em 1964 levou vários de seus autores a se exilarem. Na proposta universalista do autor:

Olhemos não só para Washington, Moscou, Paris, Roma e Pequim, diferentes matrizes para muitas correntes, com as quais podemos dialogar na medida em que convenham aos nossos interesses, mas principalmente nos lembremos de uma paródia que poderíamos fazer com Lênin: o caminho mais curto entre Brasília e qualquer daquelas capitais passa por Loanda, Lourenço Marques, Cabo Verde, Havana, Assunção, La Paz e mesmo pelo Cairo, Nova Délhi e Djakarta. A divisão entre os blocos socialista e capitalista não constitui um rígido esquema preto-branco. Em ambos vigoram policentrismos, com forças centrípetas e centrífugas, segundo os interesses do momento, entre os quais deve o Brasil infiltrar-se, de acordo com suas conveniências.

Chacon não atentou às iniciativas cepalinas de integração. Sua avaliação do poder do imperialismo estadunidense, bem como a ausência de propostas político-econômicas arrojadas, como uma Reforma Agrária responde por esse desinteresse. Os *Cadernos* sempre foram combatidos pela direita, criadora de entidades poderosas, como o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática, mantido basicamente por empresas estadunidenses e dissolvido em 1963, após uma CPI, com seus membros seguindo ativos) e o Ipês (Instituto de Pesquisa Econômica e Social, criado por grandes empresários, dissolvido em 1972, devido ao “êxito” destrutivo do AI-5). O Ipês chegou a divulgar em televisão, propaganda afirmando: “Se seu filho tem em casa um livrinho com essa capa, tome cuidado, ele está sendo cooptado pelo comunismo. Junte todos os exemplares que estiverem em posse de seu filho e venha queimar em praça pública” (Lovatto e Constâncio, 2024, pág. 247). Cabe lembrar o pensamento de conhecido liberal brasileiro, também vitorioso em 1964, citado no Congresso pela Liberdade da Cultura, em Paris (Sodré, 1986, pág. 62); “Na perspectiva polêmica, o economista e ex-ministro da Fazenda Eugênio Gudin, defendeu a posição de Lacerda, escrevendo que, para ele, a afirmação de que

toda criatura humana tem direito a uma vida digna, é proposição digna de um asno, porque é absurda”. Pensamento típico dos grupos que encerraram o período da democracia liberal, começado com a Constituição de 1946, iniciando o dia que durou 21 anos que, ainda em 2025, encontram quem deseje que retornem.

Referências:

CHACON, Vamireh. **Qual a Política Externa Conveniente ao Brasil?**. Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* (21). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

LOVATTO, Angélica e CONSTÂNCIO, Douglas Rocha. O Brasil nas páginas da Coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. **Revista Lutas Sociais**, vol. 28, nº 53, São Paulo: PUC-SP, jul-dez/2024, págs.236-252.

SODRÉ, Nélon Werneck. **Razões Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959, pág. 39)

_____. **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____.
*Doutor em História Política pela Uerj e coordenador da graduação em Relações Internacionais do Inest/UFF. E-mail: fernandoroberto@id.uff.br